



O TERRITÓRIO CONTADO: A ORALIDADE COMO MANUTENÇÃO DA MEMÓRIA E DO LUGAR (ST 9 - CIDADE, HISTÓRIA E CULTURA EM DISPUTA)

Chrys de Araújo Oliveira

Universidade Federal da Bahia – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFBA) |
arq.chrys@hotmail.com

Sessão Temática ST 09: Cidade, história e cultura em disputa

Resumo: O presente ensaio teve como objetivo compreender as relações entre oralidade, memória e território, vislumbrando que a história oral tem fundamental papel em registrar memórias individuais e coletivas que corroboram para a construção subjetiva de territórios, compreendendo que existem, também, modos de narrar memória que são carregados de valores simbólicos, capazes de reiterar o sentimento de pertencimento dos sujeitos de um lugar com suas tradições, seus saberes, além de constituir vínculos com a própria terra. Nesse sentido, o território amazônico incorpora-se ao diálogo com um relato de uma experiência *in loco* para demonstrar como estes conceitos se entrelaçam na construção de um lugar, entendendo que situar narrativas tem função de captar as peculiaridades e particularidades sobre como sujeitos territorializados compõem um território e, em contrapartida, são compostos por ele.

Palavras-chave: território amazônico; memória; oralidade; história oral; Amazônia.

THE TERRITORY TOLD: ORALITY AS MAINTENANCE OF MEMORY AND PLACE

Abstract: *This essay aimed to understand the relationships between orality, memory and territory, considering that oral history plays a fundamental role in recording individual and collective memories that corroborate the subjective construction of territories, understanding that there are also ways of narrating memory that are loaded with symbolic values, capable of reiterating the feeling of belonging of the subjects of a place with its traditions, its knowledge, in addition to constituting links with the land itself. In this sense, the Amazon territory is incorporated into the dialogue with a report of an on-site experience to demonstrate how these concepts intertwine in the construction of a place, understanding that situating narratives has the function of capturing the peculiarities and particularities of how territorialized subjects compose a territory and, in turn, are composed of it.*

Keywords: *Amazonian territory; memory; orality; oral history; Amazon.*

EL TERRITORIO CONTADO: LA ORALIDAD COMO MANTENER LA MEMORIA Y EL LUGAR

Resumen: *El presente ensayo tuvo como objetivo comprender las relaciones entre oralidad, memoria y territorio, visualizando que la historia oral tiene un papel fundamental en el registro de memorias individuales y colectivas que corroboran la construcción subjetiva de los territorios, entendiéndose que también hay formas de narrar la memoria que están cargadas con valores simbólicos, capaces de reiterar el sentimiento de pertenencia de los sujetos de un lugar con sus tradiciones, sus conocimientos, además de establecer vínculos con la tierra misma. En este sentido, el territorio amazónico se incorpora al diálogo con un relato de una experiencia in situ para demostrar cómo estos conceptos se entrelazan en la construcción de un lugar, entendiéndose que situar narrativas tiene la función de captar las peculiaridades y particularidades sobre cómo los sujetos territorializados conforman un territorio y, a cambio, se componen de él.*

Palabras clave: *Territorio amazónico; memoria; oralidad; historia oral; Amazonas.*

INTRODUÇÃO

Ao se perguntar “por que decaiu a arte de contar histórias?”, Ecléa Bosi (2023, p. 87) responde a si mesma que seja “talvez porque tenha decaído a arte de trocar experiências”. Bosi, ao evocar o papel da oralidade no repasse de experiências e lamentar a perda da potência da contação de histórias, elabora pano de fundo para compreender as fronteiras da memória e como as lembranças têm papel fundamental nos modos de produzir cultura e de narrar a construção de uma coletividade.

A vista disso, é por este viés que apresento os passos iniciais de uma caminhada que visa, igualmente, compreender o entrelaçamento entre memória, como potente modo de apreensão das subjetividades de um povo, e o território que, para além de demarcações sociopolíticas e geográficas, é terra fértil para enraizar simbolicamente os saberes, tradições e feitura sociais de um determinado grupo. Em conjunto a isso, a oralidade surge como ferramenta que se vincula ao repasse de memórias e entendimento de território, uma vez que é por meio da história oral que se torna possível construir narrativas sobre um lugar. Além disso, a oralidade mostra-se um meio sensível de registrar e captar os movimentos da troca de experiências a partir da escuta.

Neste momento, este ensaio não teve como objetivo se deter ao fenômeno da história oral em si, mas sim compreender como ela surge como elemento de registro quando se estuda o território. Para além disso, também é uma potente ferramenta capaz de amalgamar as relações subjetivas e simbólicas que um povo tem com seu próprio território, e isto é possível de ser visto quando se sai da leitura de uma narrativa dita “oficial” sobre determinados territórios e passamos a escutar o que os sujeitos de fato territorializados tem a falar sobre si mesmos e sua terra.

Como pesquisadora amazônica, entendo que sobre determinados territórios existe uma “história oficial”, contada geralmente por agentes externos ao território que, quando não narram uma história errada sobre o local, acabam por gerar estigmatizações sobre determinado povo. Entendendo isso, advogo pela importância de captar a história oral advinda dos sujeitos próprios de um território, visando colocar em jogo as narrativas que, por vezes, são ocultadas frente à uma história hegemônica.

Aposta-se que ouvir os sujeitos de um território gera a possibilidade de olhar um espaço sob outras lentes. Com isto, não se implica dizer que existe uma história homogênea sobre um território, mas entende-se que pela oralidade há uma possibilidade de captar um conjunto sensível de relações simbólicas que ali existem e, além disso, pela oralidade e memória, entende-se como um povo constrói sentidos de continuidade em sua própria história.

Assim, na tentativa de rebater as implicações sobre memória e oralidade, tem-se o território amazônico como pano de fundo. De certo, não cabe a esta investigação explicar a longa história da Amazônia, contudo, se intenta demonstrar como existem simbolismo e subjetividades neste território que foram construídos por meio da oralidade a partir dos

sujeitos desta região, existindo um repasse de saberes que surge por meio da contação de histórias e da construção de uma memória coletiva e situada. Ademais, ressalta-se que não se pretende homogeneizar as vivências de um lugar que é tão amplo e vasto, mas demonstrar que, do macro ao micro da Amazônia, há uma narrativa enraizadas nos sujeitos da região que, como uma sujeita-pesquisadora deste território, pretendo iniciar a desdobrar.

Por fim, reiterando as motivações de estudar o entrelaçamento entre oralidade, memória e território, empresto as palavras de Pollyana Dantas (2011, p. 9-10) ao enfatizar que:

os grupos aos quais pertencemos e os lugares aos quais nos vinculamos têm neles uma memória inscrita, da qual participamos. Por isso, o ato de rememorar também é estimulado pelos lugares, aos quais atribuímos significados sociais. Sendo assim, as noções de tempo e espaço são fundamentais para a rememoração do passado, na medida em que a localização espacial e temporal das lembranças é a essência da memória. É importante também ressaltar que toda memória é seletiva, e por ser seletiva, rememorar é também esquecer.

Entendendo a existência desse vínculo do sujeito com o lugar, trago essa compreensão para minha pesquisa atravessando os estudos sobre oralidade com meu próprio território, vislumbrando outras formas de narrar a Amazônia, a partir dos sujeitos que ali vivem e pertencem, criando por fim um território que, além de vivido, é contado.

AMAZÔNIA: O TERRITÓRIO ESCOLHIDO

Memória e oralidade, por si só, já são duas lentes de leituras de grande complexidade, uma vez que dialogam com relações simbólicas e subjetivas que exigem cuidadosa análise. Sobretudo, atravessá-los com uma investigação que diz respeito ao território poderia emaranhar mais ainda a discussão, porém, entendendo que a memória não está solta de um lugar e que histórias de vida se vinculam a um espaço, o território solicita sua presença.

Pensando no chão que enraíza histórias, a Amazônia surge não apenas por ser meu próprio território, mas também por entender que, além sua história ter sido contada, desde o princípio, pelo viés do colonizador, também foi um território inventado, como aponta Neide Gondim (1994).

Ao discutir a invenção da Amazônia, Gondim (1994) rememora como a chegada dos colonizadores fez criar-se uma ideia do quê e como seriam as terras do solo do Novo Mundo a ser desbravado. Desde as cartas trocadas pelos colonizadores, que cunharam uma visão europeia deste território, aos artistas que pintaram suas interpretações da natureza até então “intocada”, construiu-se uma visão externa ao território amazônico e, sobretudo, através das lentes exploratórias do período de invasão colonial.

Implicitamente, Gondim (1994), ao longo de seu livro, demonstra como o “contar histórias”, por meio das cartas feitas durante as expedições na Amazônia, sentenciaram por um longo período a imagem da região como lugar a ser explorado. Ao citar o relato de um viajante colonizador em terras amazônicas, a autora aponta que os “cuidados com que o cronista

procura cercar seu relato são demonstrativos da pretensão de que a sua narrativa não somente era a que mais se aproximava da realidade vista, ouvida e confirmada, porém a versão definitiva sobre o mar-oceano” (Gondim, 1994, 97). Neste sentido, entende-se que o modo de narrar sobre este território, visou, sobretudo, uma narrativa homogeneizante, única e externa aos habitantes originários.

Compreendendo isto, torna-se ainda mais significativo pensar como a história oral e a memória dos sujeitos locais são elementos pertinentes na reconstituição cotidiana da história de um território, colocando em diálogo o sentido de pertença dos sujeitos e como a memória se enraíza ao território a partir dos sujeitos locais.

Dito isto, entende-se que território é um termo passível de diferentes abordagens, mas principalmente fundamentado na geografia. Porém, em contrapartida, apresenta também outras compreensões, que vão desde as econômicas, como políticas, sociais, ambientais e/ou culturais, reverberando também relações de poder que podem dizer sobre a dominação e expansão de determinados espaços, assim como tem a ver com jurisdições dentro de limitações físico-geográficas, existindo também o contexto relacional entre todos estes fatores, como explica Rogério Haesbaert (2023).

Segundo Haesbaert (2023) o denominador comum que prevalece entre todas as concepções acima citadas é o "poder". Isto é, a ideia de "poder" se imbrica em todas as dimensões do território devido seu caráter mais funcional, onde se delega uma representatividade e instrumentos jurídicos, sobretudo pelo poder do Estado.

Essa característica implica em dizer que o Estado exerce seu poder e impõe limites ao território, tanto subjetivos quanto físico-materiais, além de não permitir sobreposições sobre seu domínio. Sob este aspecto, entende-se que as classes hegemônicas e dominantes legitimam este jogo de poder, criando bases para a homogeneização de um ideal de território (Haesbaert, 2023).

Das muitas noções que "território" pode ter, empresto o pensamento de Haesbaert compreendendo, primeiramente, que o termo se refere a um espaço político materializado, que tudo tem a ver com poder. Porém, mais que isso, o território abraça contextos simbólicos de apropriação que vão além da posse ou da dominação, pois o território se constitui de um espaço-tempo socialmente construído.

Em textos anteriores, Haesbaert (2004, p.3) demonstrou como a apropriação de um território tem um caráter diferente do sentido de dominação de um espaço. Sobre isto, o autor vai apontar que, se por um lado existe um caráter funcional e mercantil do território, principalmente se vinculado aos agentes dominantes que de determinado lugar que tratam deste espaço como recurso (dominação), por outro, existe uma construção de subjetividades e afetividades que condicionam uma identidade do território por seus sujeitos e populações (apropriação).

Neste sentido, ainda que exista um agente dominante que atua sobre o território, geralmente o Estado, a territorialidade surge como contrapartida que tangencia a subjetiva construção do território. Dessa maneira, múltiplas territorialidades podem ser construídas pelos sujeitos, assim como também é possível a desterritorialização ou perda do sentido de território, porém, não se pode negar, como aponta Haesbaert (2004), que existe um “apego às identidades territoriais”, implicando que existe, além da dominação do espaço físico, as afetividades imbricadas ali. A vista disso, o contexto simbólico da construção do território é atravessado por uma historicidade que fortalece a criação de identidades.

A partir disso, evoco então o território amazônico brasileiro como espaço físico-geográfico para compreender as implicações entre a memória, um constituinte simbólico da territorialidade e os sujeitos que constroem este espaço em suas características socioculturais, entendendo que no jogo relacional entre território em sua terminologia de dominação e sua territorialidade, existem narrativas que são ocultadas pela história oficial e hegemônica, tornando relevante a mudança de perspectiva.

Sob a ótica das relações de poder, entende-se que os agentes hegemônicos têm, portanto, o poder de (re)organizar o território, como conjuntura física, determinando e fortalecendo dinâmicas sociais a seu gosto (Haesbaert, 2023). Além disso, se constrói também uma história “oficial”, dominante e homogeneizante sobre determinados territórios.

A exemplo disso, vislumbrando a Amazônia como território escolhido, sabe-se que há uma narrativa comumente difundida que oculta os sujeitos da região, visivelmente valorizando o território como recurso e esquecendo-se das subjetividades dos sujeitos locais. Sabendo disso, Carlos Walter Porto-Gonçalves (2012), geógrafo que por décadas estudou a Amazônia, pontuou com ironia a forma como este território é constantemente caracterizado. Reiterando que a:

[...]Amazônia, por exemplo, está associada a imagem de uma área de aproximadamente 7,5 milhões de km², localizada na porção centro-oriental da América do Sul, cortada pelo Equador terrestre, com um clima quente e úmido, coberta por uma densa floresta tropical úmida, banhada por uma intrincada e extensa bacia hidrográfica que tem o rio Solimões-Amazonas como eixo principal, habitada por uma população rarefeita constituída basicamente por populações indígenas ou caboclas e que abriga riquezas naturais incalculáveis (Porto-Gonçalves, 2012, posição 196).

A ironia explica-se pelo fato de existir uma perspectiva discursiva dominante que, com grande constância, costuma categorizar a Amazônia como esse lugar de importante bioma, com grande extensão espacial e clima quente, valorizando majoritariamente a fauna e flora. Nesse sentido, Porto-Gonçalves (2012) não apenas construiu um trabalho sobre o território em que valorizada os mestres e mestras que contribuíram ao apresentar os saberes locais, como entendeu que não existe apenas uma Amazônia, mas sim Amazônias, demonstrando a pluralidade existente ali. Ademais, o geógrafo critica a ótica de vazio demográfico construída

nas narrativas hegemônicas sobre a Amazônia, cujo ocultam os sujeitos do território, suas histórias e suas memórias (Porto-Gonçalves, 2012).

Pensando então que existe a história hegemônica que invisibiliza os indivíduos do território amazônico e oculta as narrativas locais, pensa-se na necessidade da oralidade como meio de manutenção de cultura e ferramenta de enfrentamento à história dita "oficial", contada por um viés colonizador. Cabe então compreender como abordar a oralidade que, imbricada em uma memória coletiva de território, pode ser caminho para desvelar histórias de um lugar e contar a Amazônia por seus próprios sujeitos.

ORALIDADE E FORMAS DE NARRAR A MEMÓRIA

Das muitas maneiras de pensar a "história oral" ou a própria oralidade como ferramenta de pesquisa, nota-se que existe uma valorização dela como metodologia, dentro de um cunho exploratório, visando sobretudo extrair informações dos sujeitos interlocutores. Pollyana Dantas (2011, p. 1) vai apontar que existem, inclusive, três vieses que costumam ser utilizados ao se pensar história oral, cujo a "primeira advoga ser a história oral uma técnica; a segunda, uma disciplina; e a terceira, uma metodologia". Entretanto, me parece que os três apontam uma tendência de distanciamento dos interlocutores, tornando exploratório o que está, também, em um campo sensível.

Nesse sentido, busco entender a oralidade e memória mais do que um entrelaçamento de procedimentos de pesquisa, mas compreendendo a potência do lembrar, existindo no ato de rememorar as trocas que trazem um repertório sensível a partir da escuta.

Sobre isto, Dantas (2011) aponta que nos mais diferentes campos, o registro oral de depoentes visa registrar a memória, olhar e perspectivas peculiares, destacando a entrevista como meio de se obter a fonte oral. Porém, aposta-se que não apenas as entrevistas têm valor fundamental, mas também existem outros meios cujo a oralidade surge em sua naturalidade, como em momentos coletivos, vivência cotidiana ou o próprio acaso da pesquisa. Ademais, a oralidade parte do ato de lembrar e contar memórias, o que implica no ato da troca e interação, no movimento entre duas pessoas ou mais no ato de ouvir e falar, narrar e lembrar, ampliando as possibilidades para além de momentos de entrevista.

Ecléa Bosi (2023), de modo bastante sensível, aponta que em sua pesquisa, intitulada "Memória e sociedade: lembrança de velhos", algumas das falas mais marcantes que ouviu durante o trabalho surgiram nas pausas, no momento do cafezinho, no momento de sua despedida com seus depoentes. Por esse aspecto, entende-se que o ato de rememorar surge nas frestas do cotidiano e também em momentos inesperados.

Sabe-se também que elaborar metodologicamente uma pesquisa exige organização e planejamento, além do tempo para se reelaborar as memórias contadas pelos sujeitos. Como aponta Dantas (2011, p. 3), o pesquisador é o responsável por narrar o que ouviu, repassando

as lembranças que foram desveladas em pesquisa, construindo assim uma narrativa e, portanto, uma forma de contar história.

Neste horizonte, a história oral traz uma aproximação com a realidade dos sujeitos por uma perspectiva mais individual e, portanto, aproximada, mas que também fundamenta identidades coletivas e noções culturais de determinado grupo, pois, para além do compartilhamento da memória que surge por meio da oralidade, também ocorre um processo de significação de acontecimentos, atribuindo sentido e sentimentos à determinadas situações e histórias narradas (Dantas, 2011). Nesse horizonte, entendendo que o ato de narrar tem fundamental papel no registro, mostra-se também como a história oral e a memória também norteiam um inconsciente coletivo e cultural.

A vista disso, a construção de um sentimento de coletividade, a partir da história oral, pode surgir de diferentes formas. Nessa perspectiva, a antropóloga Hanna Limulja (2022) construiu sua pesquisa por meio da escuta dos sonhos de sujeitos da etnia indígena Yanomami que ela trabalhou em conjunto. Ressalta-se que sua intenção não foi de traduzir significado dos sonhos de seus interlocutores, mas coube, por meio da troca existente entre o ato de ouvir e narrar, compreender como o evento onírico do sonho traz temáticas centrais que moldam o cotidiano e uma identidade coletiva deste povo.

Mais que isso, Limulja (2022) apontou que, mais do que apenas sonhar, o compartilhamento do sonho tem fundamental importância para guiar o cotidiano da aldeia. A exemplo disso, a autora aponta que caso alguém sonhasse com inimigos, ninguém saia de casa e todos ficavam em alerta ao longo do dia. Ademais, a contação dos sonhos também formula e reformula os mitos locais, visto que o próprio repasse da memória do sonho tem potência de influenciar eventos que o povo considera realidade. Isto é, os mitos podem ser refeitos a partir dos sonhos e, portanto, são constantemente recriados. Logo o sonho e o mito se concatenam na mesma narrativa e compartilham deste momento de narrar e contar histórias (LIMULJA, 2022).

Não obstante, o sonho e sua conseqüente narração demonstram a possibilidade de acesso a diferentes realidades, onde, nesse sentido, o próprio evento onírico do sonho também abre portas para a construção da vivência cotidiana Yanomami. O compartilhamento do sonho, sobretudo, aponta uma sabedoria, pois, para este povo, existe uma valorização do saber contar, do saber narrar e do saber formular o pensamento para ser repassado aos outros (Limulja, 2022).

Sob este horizonte, a reflexão que empresto de Limulja (2022) está, primeiramente, na possibilidade de fazer uma leitura de mundo para além das lentes ocidentais dominantes, vendo no evento onírico um outro meio de existência e guia da vida cotidiana. Por conseguinte, também se vislumbra a valorização dada à contação destes sonhos; a oralidade aparece como força motriz capaz de guiar o cotidiano, além de demonstrar uma produção de coletividade e vínculo entre os sujeitos, a partir do ato de narrar e ouvir. Sobre a valorização do ato de contar os sonhos, Limulja vai reiterar que "contar o sonho é fundamental, pois a

socialização do conteúdo onírico permite que, em caso de um mau presságio, o sonhador ou a pessoa afetada pelo sonho tome as devidas precauções durante a vigília” (Limulja, 2022, p. 72). Entende-se assim que o sonho pode ser norteador dos modos de viver uma realidade tanto individual como coletiva, quando compartilhada.

Não obstante em pensar a importância do compartilhamento de histórias e sonhos, a autora ainda aponta que o papel do ancião é fundamental para “expor o que os pensamentos dizem”. Limulja (2022) destaca que, ainda que a idade não seja o que caracteriza uma hierarquia para o povo Yanomami, ressalta-se que, ao longo da vida, o ancião constrói seu repertório e capacidade de repasse oral. Tendo isso em vista, a fala tem fundamental importância como ferramenta de repasse de conhecimento e saberes, sobretudo, a fala tem que ter sentido e as palavras são usadas com sabedoria quando expostas à coletividade, geralmente ocorrendo a partir das pessoas mais velhas (2022, p. 74).

Por este mesmo sentido, Ecléa Bosi (2023) pontua que, ao que parece, ao fim da vida cabe aos “velhos” a tarefa de lembrar, quando, após muito viverem, resta repassar aos mais novos o conhecimento adquirido ao longo da vida. Porém, existe um tom de lamento na história de seus interlocutores (senhores e senhoras da cidade de São Paulo), por não serem tão ouvidos ou valorizados na contação de suas histórias (Bosi, 2023). Em contrapartida, Limulja (2022) demonstra como na comunidade Yanomami, o momento em que os mais velhos falam gera grande atenção, visto a valorização dos anciãos deste povo, visto que são os mais velhos que detêm o poder pleno da palavra, e sabem comunicar e articular seus dizeres.

Nesse sentido, Limulja (2022, p. 74) reitera: “É da força de suas palavras que deriva seu poder de convencer” e, nesse sentido, existe uma reelaboração de mundo a partir da fala e dessa troca construída pela oralidade.

Por esta mesma vertente, Ailton Krenak (2021) tem sido um autor indígena bastante acionado para evidenciar a relevância do repasse de saberes advindos a partir da oralidade, bem como para demonstrar que existem outras formas de imaginar, visualizar e ouvir o mundo. Em “Ideias para adiar o fim do mundo”, o autor traz uma passagem explicando o significado do nome de seu povo. Krenak, cujo *kre* significa cabeça e *nak*, terra, significando, portanto, “cabeça da terra”. O autor demonstra uma comunhão existente entre sujeito e terra, esclarecendo como o sujeito se enraíza à um lugar em um modo para além do espaço físico, sobretudo, a partir da construção da memória e do repasse de conhecimento de seus antepassados.

Nesse sentido, Krenak (2021) traz novamente a oralidade como ferramenta de construção cultural e solidificação das relações existentes em um povo e, portanto, uma relação intrínseca com o território. É também deste modo que: “o instrumento socializador da memória é a linguagem. Ela reduz, unifica e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural a imagem do sonho, a imagem lembrada e as imagens da vigília atual”, como aponta Limulja (2022, p. 58). Daí vem a relevância das narrativas e da contação de histórias, pois é nesse repasse que se constrói um sentido de coletividade ou ideário comum entre as pessoas.

A partir desse contexto, é possível entrelaçar a compreensão entre a oralidade como manutenção de saberes, assim como tem função de dar continuidade aos modos de existir de um povo ou sociedade. Além disso, as narrativas podem vincular-se ao território, enraizando e situando estes saberes. A exemplo disso, na Amazônia, a contação dos mitos e lendas tem essencial função de conexão entre os sujeitos e a terra, além de a oralidade fazer a manutenção de saberes locais.

Nesse sentido, Florêncio Vaz Filho (2013) ao se debruçar sobre as questões “míticas” do povo da Amazônia, destaca que há um movimento de troca ao se contar histórias e essa contação corrobora com os modos de viver o mundo a partir da ótica amazônica. Ademais, ocorre um enraizamento dos sujeitos amazônidas com o território que provém das crenças que são repassadas entre gerações, apontando que, geralmente, são os avôs e avós que repassam as histórias, demarcando a oralidade como ferramenta de permanência, pois, pelas falas, se reitera o pertencimento, os laços e as memórias com o local (Filho, 2013).

Ao tecer argumentos sobre a importância da oralidade para a continuidade da memória amazônida, Filho (2013) também aponta o movimento de resistência que se tem por meio da fala e escuta entre os mais novos e mais velhos, uma vez que os mitos e contos repassados pelas comunidades da Amazônia se mantêm vivos mesmo quando as narrativas externas são impostas. Isto é, ainda que sujeitos externos a este território tentem impor determinadas narrativas, é por meio da oralidade dos sujeitos da Amazônia que mantêm viva sua própria cultura.

A exemplo disso, ele aponta como uma rádio comunitária, a Rádio Xibé, foi criada como meio de fortalecer os laços comunitários e a memória coletiva das comunidades ribeirinhas frente aos processos extrativistas que ocorreram entre 2005 e 2006 no Baixo Amazonas, na região de Santarém, no Pará. Essa perspectiva aponta o enfrentamento aos agentes externos ao território, utilizando-se da oralidade como modo de fortalecimento da comunidade local. Sobre isso, o autor diz que:

Empresários oriundos do Sul e Centro-Oeste e os defensores da vinda da empresa demonstravam um claro desprezo pelo modo de vida dos nativos da região, a quem acusavam de “preguiçosos” e de serem contra o “desenvolvimento”, e divulgavam a ideia de que o porto da empresa transnacional significaria o desenvolvimento da região através do agronegócio da soja (Filho, 2013, p. 6).

Nesse sentido, o enfrentamento ao “desprezo” dos empresários oriundos de outras regiões passou então a ser enfrentado justamente por meio da oralidade. A Rádio Xibé surgiu como ferramenta para que a população local falasse de si mesma e retroalimentasse um senso de comunidade das populações ribeirinhas no Baixo Amazonas.

Entende-se, assim, que as narrativas dos sujeitos amazônidas se fortalecem entre as gerações, contribuindo também para o sentimento de pertença no território. Ademais, a oralidade também demonstra um meio de resistência aos processos desenvolvimentistas externos na Amazônia que, desde os mais tenros tempos, tem em si um cunho de processos

de uma constante colonização. Não obstante, a oralidade traz consigo as cosmopercepções dos povos amazônidas que, mesmo sofrendo séculos de negatificação, se mantêm vivos nos sujeitos e nos territórios para além de um sentido “mítico”, mas como modo de existência coletiva e plural.

O TERRITÓRIO CONTADO E UMA BREVE EXPERIÊNCIA AMAZÔNIDA

Até então, foi possível compreender o pertinente entrelaçamento que existe entre memória, oralidade e território, implicando diferentes modos de narrar o mundo a partir da história oral. Entende-se também que a memória, seja individual e/ou coletiva, é capaz de guiar noções de pertencimento e aterramento de sujeitos com os lugares em que vivem. Sobretudo, nota-se que é possível inventar e reinventar o território a partir da contação de histórias.

Neste horizonte, existe uma inevitável relação entre corpo e território, imbricando a existência de sujeitos aos seus lugares de origem, gerando narrativas que são, sobretudo, situadas. Por este aspecto, Célia Xakriabá (2020) aponta que as lembranças do território se fazem no corpo, desde o saber-fazer com as mãos, com os pés, na fala, nas pinturas e cerâmicas feitas por seu povo. Isto parte do ensinamento que surge dos mais velhos Xakriabá, portanto, por um repasse de memória que faz a manutenção da existência deste povo.

Célia Xakriabá (2020) trabalha a ideia de corpo-território pensando que os limites territoriais estão mais na consciência do que no próprio chão ou na geografia do lugar, pois a subjetividade que constitui um território acompanha o corpo territorializado por onde ele vai. A exemplo disso, ela vai pontuar sobre o conhecimento de seu povo em relação à argila, visto que, ao caminhar no território, a partir da cor da argila e as mudanças de tonalidade, o sujeito Xakriabá aprendeu em qual lugar está.

O povo às vezes fala assim: “Por que não coloca placa?”. Eu acho tão interessante essa questão da memória e acho que se colocar placa isso vai se perder. Aprendi isso aos oito anos e é uma coisa que guardo na minha cabeça (Xakriabá, 2020, p. 81).

Ao apontar isso, implica-se que a memória e a oralidade, além do repasse da informação, mantêm as relações socioculturais com a terra, com o chão e, portanto, com o território. Ademais, o sentido de pertença continua na territorialidade imbricada no povo Xakriabá, uma vez que a conexão existente na oralidade, pela contação de histórias pelos mais velhos, corrobora com a mobilização da existência destes sujeitos. Célia ainda vai falar que ao entrar na universidade para ser professora de cultura Xakriabá, sentiu-se nervosa, pois este lugar da fala, da memória e da contação pertence aos mais velhos. Como ela diz:

esse lugar sempre foi dado para as pessoas mais velhas, que têm conhecimento com profundidade, que não exatamente têm o domínio da caneta, mas que sempre tiveram o domínio da contação de história, da memória, do fazer cerâmica (Xakriabá, 2020, 84).

Quando Célia coloca o corpo como materialidade que contém memória, exemplifica no saber-fazer os processos de repasse que a oralidade traz consigo, sendo saberes constituídos ao longo do tempo. A autora indígena reitera a feitura das cerâmicas de seu povo como experiência que reflete o repasse do conhecimento, ensinado pelos mais velhos, apontando que, mesmo que as cerâmicas quebrem, o saber-fazer se mantém a partir da oralidade, visto que "o processo de transmissão do conhecimento não morre" (Xakriabá, 2020, p. 85).

É nesse sentido que "contar o território" infere o valor simbólico da existência no espaço, do corpo e sua subjetividade refletida no chão e na terra. Ademais, as cerâmicas para Célia também são uma forma de narrar, de escrever; visto que essa "escrita" surge como linguagem a partir das cores da argila, no grafismo inscrito na cerâmica e sobretudo, são as palavras faladas, contadas, narradas pelos mais velhos de seu povo (Xakriabá, 2020).

Assim, implica-se que a memória também tem a ver com uma relação de classe social, cultura, além das relações existentes a partir da escola, da igreja, da profissão, da família e todos os grupos de convívio de um indivíduo, como vai apontar Bosi (2023). Pensa-se isso pois, ao refletir o contexto amazônico para este ensaio, entende-se que narrar histórias também tem a ver com a historicidade de um local e suas construções simbólicas e relações subjetivas de um povo.

Até aqui, foi possível entender como o repasse de lembranças constitui um modo de ser tanto individual como coletivo e, nesse aspecto, Bosi (2023, p. 62) ainda aponta que existe um caráter objetivo e transubjetivo das lembranças, cujo se refletem em uma linguagem a partir da memória. Isto é, as lembranças são capazes de compor o mundo, reafirmando no cotidiano, também, modos de existir e ler este mundo.

Pensando como a lembrança dá continuidade aos costumes e tradições, penso em como a memória constitui um "ser amazônida" e nossas noções de leitura de mundo. A vista disso, em pesquisa anterior, entre os anos de 2021 e 2023, me debrucei em investigar um território palafítico no município de Santana, no Amapá, em um bairro chamado Elesbão e, ao dialogar com os moradores locais, foi possível entender como, a partir da oralidade e memória, os saberes se mantinham vivos ao longo dos anos, assim como existe uma noção de pertencimento com o território.

Sendo um bairro banhado pelo Rio Amazonas, o Elesbão tem como principal referencial de constituição do território as águas que adentram a localidade por meio dos meandros de rio, chamados de igarapés. O rio, portanto, surge como elemento constitutivo que influencia desde a alimentação, ao lazer, trabalho, bem como o transporte local. Sobretudo, o saber-fazer vinculado ao rio faz com que a construção de barcos seja uma das principais fontes de renda dos moradores, ocasionando nos diversos estaleiros de carpintaria naval que existem no bairro.

Figura 1: Vista aérea do bairro do Elesbão.



Fonte: Victor Salgado, 2022.

Entendendo que a construção de barcos era tanto fonte de renda para os moradores, quanto refletia um saber-fazer relevante no local, me interessei em conversar sobre o assunto, encontrando, enfim, Sr. Guinho, morador do Elesbão há pelo menos 20 anos, migrado do interior do Pará.

Sr. Guinho me contou que trabalhava com a carpintaria naval desde que chegou na localidade e, em suas primeiras falas, me disse que resolveu morar ali pois não conseguia morar em lugar nenhum que fosse longe do rio, implicando em um sentimento de forte pertença com territórios próximos ao rio, pois lembrava seu lugar de origem.

O questionei em relação aos barcos, e ele me contou sobre sua relação com as águas e com o bairro, apontando em sua história a constante convivência com a imprevisibilidade das marés, devido seu próprio trabalho na construção naval, cujo aprendeu com seu pai desde cedo, contando também sobre situações inesperadas no local. Nesse sentido, rememorou uma noite em que as águas do Rio Amazonas subiram mais do que de costume e a maré atingiu as casas. No meio da noite os moradores tiveram que carregar os eletrodomésticos para que não fossem danificados pela água.

Em meio a nossa conversa, notei um barco encalhado no meio de um córrego seco. Era um barco que Sr. Guinho tinha construído e estava apenas aguardando o novo dono ir buscá-lo. Questionei como ele tiraria o barco dali, visto que, naquele momento, não agua uma gota de água sequer no igarapé, além de ser um meandro muito estreito do rio. Então me disse que logo a água estaria alta. Ao momento de nossa conversa ainda era manhã, porém, por volta das 13h a maré começaria a subir, e então ele aguardaria até o igarapé estar cheio o suficiente

para levantar o barco e ele poder guiá-lo em direção à orla, onde poderia encontrar o rio aberto, assim, tiraria o barco.

Nesse sentido, pude notar um conhecimento que vai além do que os livros podem alcançar. Diz respeito à memória, ao conhecimento do território, à compreensão onírica sobre a natureza. Das coisas que ele só aprendeu vendo e me repassou ao me contar. Este relato traduz a potência da relação entre memória, oralidade e território, compreendendo desde o fato que o saber-fazer dos barcos foi ensinado por seu pai, assim Sr. Guinho aprendeu, até as noções de conhecimento sobre as marés do Rio Amazonas, que parte de uma observação cotidiana com o território.

Nesse sentido, desvela-se pela oralidade sentidos sobre o registro da memória, repasses sobre um saber-fazer, determina-se a continuidade das tradições, cujo, ao serem contadas, perduram ao longo do tempo. A conexão com o território também surge ao escutar o próprio cotidiano da natureza, que também informa modos de existir. Foi desta forma que Seu Guinho me contou sobre seu território, repassando a mim sua memória, por meio de sua história.

Figura 2: Presença dos barcos no território do Elesbão e o saber-fazer da carpintaria naval.



Fonte: autoria própria, 2021.

(IN)CONCLUSÕES SOBRE O FAZER-MEMÓRIA

A partir deste ensaio, tentou-se fazer compreender o incontornável entrelaçamento que existe entre memória, oralidade e território. Uma vez imbricados um no outro, percebe-se que a memória, ao ser contada, passa a narrar histórias e lembranças que também dizem muito sobre o território cujo um sujeito faz parte.

Nesse horizonte, a oralidade mostra-se mais do que uma ferramenta de pesquisa, mas, também, uma forma de narrar e ler o mundo. Obviamente, o pesquisador tem a responsabilidade de como irá narrar lembranças que lhe são relatadas, porém, a partir da escuta sensível, pode também obter conteúdos singulares e de delicadezas que mostram a realidade por outras óticas. A exemplo disso, Limulja (2022) foi de grande inspiração neste ensaio ao demonstrar como o sonho, e seu consequente compartilhamento, pode ser uma força motriz capaz de guiar o cotidiano de um povo. Assim como Ecléa Bosi (2023) também foi fundamental para se vislumbrar os modos possíveis de desvelar lembranças que constituem uma construção simbólica e subjetiva dos sentidos de coletividade.

Ademais, foi possível compreender que a história oral se imbrica no território de modo sensível, uma vez que, mais do que um espaço físico e geográfico, a feitura de um lugar ocorre também a partir dos simbolismos enraizados na história dos sujeitos ali territorializados. Não obstante, os sujeitos carregam em seu próprio corpo a história do lugar, ocasionando em um corpo-território em constante movimento.

Por fim, apostou-se na importância de compreender como a oralidade e memória se engendram na feitura do território, visando subverter as narrativas hegemônicas de um lugar, valorizando a história oral advinda dos sujeitos próprios de um determinado lugar. Nesse sentido, como pesquisadora amazônica, me vejo convocada a continuar pensando formas de entrelaçar a memória do território que carrego em mim, com a oralidade que convivi e, quem sabe, conseguir contar a Amazônia da minha própria forma.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembrança de velhos**. 20ª. ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2023.

DANTAS, Pollyana Cardoso. O ENTRELAÇAMENTO ENTRE MEMÓRIA, ORALIDADE E NARRATIVA: DISCUSSÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS. In: SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA: SOCIEDADE E CULTURA, II., 2011, Campina Grande. **Caderno de Resumos do II Seminário Nacional Fontes Documentais e Pesquisa Histórica: Sociedade e Cultura** [...]. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2011.

FILHO, Florêncio Almeida Vaz; CARVALHO, Luciana Gonçalves de. **Isso tudo é encantado**. Santarém: UFOPA, 2013.

GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2024.

HAESBAERT, Rogério. Território. **GEOgraphia**, Niterói: Universidade Federal Fluminense, v. 25, n. 55, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/61073/35707>>. Acesso em: 28 ago. 2024.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LIMULJA, Hanna. **O desejo dos outros: Uma etnografia dos sonhos yanomami**. 1 ed. São Paulo: Editora Ubu, 2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012. Edição do Kindle.

XAKRIABÁ, Célia. Corpo território. In: GOMES, Ana Maria R.; LIMA, Débora; OLIVEIRA, Mariana; MARQUEZ, Renata. **Catálogo da exposição Mundos Indígenas**. Belo Horizonte - MG: Universidade Federal de Minas Gerais, 2020, p. 78-109. Disponível em: <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/wp-content/uploads/2018/03/ec-ufmg_2020_mundos-indigenas_catalogo_web.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2024.